



Nova Friburgo, 16 de setembro de 2022.

MEMO ODP/SABNF nº019/2022

DE: SETOR DE FISIOTERAPIA ODP
Dra Viviane N L O Medeiros.

PARA: SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA
A/C: Lucimar Ribeiro

Assunto: Resposta ao Processo 22.593/2022

Prezado (a) Senhor (a),

Cumprimentando-o (a) cordialmente, em resposta ao Processo 22.593/2022, esta coordenação baseada nos protocolos do ministério da saúde, onde esclarece que a insuficiência respiratória crônica costuma ser a fase final de diversas enfermidades respiratórias como doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), fibrose pulmonar, graves deformidades torácicas e bronquiectasias adquiridas.

Os pacientes que vivem com hipoxemia e, muitas vezes, hipercapnia, apresentam importante comprometimento físico, psíquico e social com deterioração da qualidade de vida, frequentemente de forma importante. Além disso, esses pacientes apresentam repetidas complicações, com numerosas internações hospitalares e consequente aumento do custo econômico para todos os sistemas de saúde.

Os pacientes com DPOC grave, em uso regular e ininterrupto de sua terapêutica, consegue a reversão da policitemia secundária à hipoxemia; melhora da hipertensão arterial pulmonar, da função cardiovascular, neuromuscular e neuropsíquica, e do sono e da capacidade de realizar as AVD; redução das arritmias cardíacas e da dispnéia; aumento da tolerância ao exercício e do peso corporal; e prevenção da descompensação da insuficiência cardíaca congestiva.

Pacientes com processos crônicos reagudizados (Sequelas em decorrência da infecção viral SarsCOV 19, cardiopatias, síndromes de imunodeficiência adquirida, hepatopatias crônicas, neoplasia, doença neuromusculares progressivas, demência avançada, doenças terminais); Desospitalização, pacientes em nutrição parenteral, ventilação mecânica não invasiva / invasiva e antibioticoterapia domiciliar; pacientes em cuidados paliativos são beneficiados e assistidos com o serviço de atenção domiciliar e oxigenoterapia domiciliar prolongada nas modalidade AD1 a AD3.

Entendendo-se que:

AD1 - Atenção domiciliar tipo 1: Destina-se a pacientes que possuam problemas de saúde controlados/compensados e com dificuldade ou impossibilidade física de



locomoção até uma unidade de saúde; e/ou pacientes que necessitem de cuidados de menor intensidade, incluídos os de recuperação nutricional, de menor frequência de visitas, com menor necessidade de recursos de saúde e dentro da capacidade de atendimento de todos os tipos de equipes que compõem a atenção básica

AD2 e 3 - Atenção domiciliar tipo 2 e 3: Destina-se, na modalidade AD2, a usuários que possuam problemas de saúde e dificuldade ou impossibilidade física de locomoção até uma unidade de saúde e que necessitem de maior frequência de cuidado, recursos de saúde e acompanhamento contínuo, podendo ser oriundos de diferentes serviços da rede de atenção, com necessidade de frequência e intensidade de cuidados maior que a capacidade da rede básica. A modalidade AD3 destina-se aos usuários semelhantes aos da AD2, mas que façam uso de equipamentos específicos. São pacientes de maior complexidade que dificilmente terão alta dos cuidados domiciliares.

O serviço de Oxigenoterapia domiciliar é considerada uma intervenção efetiva e esclarece que a modalidade de licitação de contratação de serviço de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, gás medicinal oxigênio demais acessórios e dispositivo, compreende se na aquisição de um serviço que assista aos pacientes inscritos e não meramente compra de itens.

Fato é que, a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo não possui quantitativo eficiente de: recursos humanos, veículos e logística para atendimento domiciliar de cada paciente e itens solicitados pelo médico requisitante, e o mesmo, ser entregue na casa do usuário ao mesmo tempo por todas as empresas, para que o usuário possa ser beneficiado para sua terapêutica. Desta forma sugerida a licitação global, para que as diversas empresas neste ramo possam concorrer, garantindo a continuidade do serviço e a integridade física dos usuários assistidos pelo programa, uma vez que a falta dos dispositivos no tempo oportuno pode acarretar risco a vida.

A Disposição para esclarecimentos.

LAO
7:

Dra. Viviane N.L.O. Medeiros
Fisioterapeuta
CRM-FIO 2 - 64162-F

Dra Viviane N L O Medeiros
Mat 207434
Coordenadora ODP- SMSNF.



Processo: 22593/2022

Requerente: Lumiar Health Builders Equipamentos Hospitalares Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 151 de 2022 - Processo Licitatório n. 29.690/2021

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 26/08/2022 acerca do Pregão Eletrônico n. 151 de 2022 - Processo Licitatório n. 29.690/2021, que tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de oxigênio medicinal domiciliar, equipamentos e acessórios domiciliares, a fim de atender a demanda da Subsecretaria de Atenção Básica, via registro de preços, pelo critério de julgamento do tipo menor preço global, na forma da autorização de abertura de licitação da Secretaria Municipal de Saúde (fls. 441).

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica na presente data.

Em suma, alega a impugnante às fls. 03/10 a existência de restrição à competitividade no certame, requerendo a *“adequação da modalidade de licitação, alterando-a para **MENOR PREÇO POR ITEM**, afastando-se a incidência de menor preço global por lote, visto que os objetos inclusos diferem-se entre si e, eventual manutenção do preço global ferirá a isonomia e afastará o caráter competitivo do certame, prestigiando empresa específica e preterindo tantas outras (...)”*, bem como, *“subsidiariamente, que seja dividido em DOIS LOTES, adequados entre si, sendo um para serviços de oxigenoterapia e outro específico, somente para os itens 2 e 3 - Oxigênio líquido”*.

A Comissão de Pregão II, às fls. 14, encaminhou o procedimento à Secretaria de Saúde para manifestação de ordem técnica, na forma do subitem 29.3 do edital.

Às fls. 16/17 o Setor de Fisioterapia ODP do Hospital Municipal Raul Sertã apresentou a resposta de cunho técnico à impugnação, concluindo, ao final, que *“a Secretaria Municipal de Saúde não possui quantitativo eficiente de: recursos humanos, veículos e logística para atendimento domiciliar de cada paciente e itens solicitados pelo médico requisitante, e o mesmo, ser entregue na casa do usuário ao mesmo tempo por todas as empresas, para que o usuário possa ser beneficiado para sua terapêutica. Desta forma sugerida a licitação global, para que as diversas empresas neste ramo possam concorrer, garantindo a continuidade do serviço e a integridade física dos usuários assistidos pelo programa, uma vez que a falta dos dispositivos no tempo oportuno pode acarretar risco à vida”*.

Às fls. 18 a Subsecretaria de Atenção Básica encaminhou o procedimento à assessoria jurídica da Secretaria de Saúde para ciência da resposta apresentada pelo setor técnico, todavia, os autos foram encaminhados diretamente a esta Procuradoria Geral, sem qualquer manifestação da pasta.



É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 26/08/2022 é tempestiva, em conformidade com o item 29.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 01/09/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

De acordo com o item 29.2 do edital, cabe ao Pregoeiro responder os pedidos de esclarecimento/impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Verifica-se que o Pregoeiro não respondeu a impugnação, tendo encaminhado o procedimento para manifestação do setor técnico da Secretaria de Saúde quanto às alegadas irregularidades existentes no edital, que é a secretaria requisitante (fls. 14).

Embora o setor técnico da Secretaria de Saúde tenha apresentado a resposta às fls. 16/17, a pasta não se manifestou sobre a impugnação, sendo certo que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade de licitação, critério de julgamento e demais peculiaridades são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

No termo de referência (subitem 1.5), verifica-se que a Secretaria Municipal de Saúde optou pelo tipo menor preço, critério de julgamento global.

Conforme alertado no parecer jurídico acerca da análise do edital (fls. 523/526), no que se refere ao critério de julgamento adotado, no caso de registro de preços, conforme inteligência do art. 7º do Decreto n. 7892/2013 (que regula o SRP no âmbito federal), deve ser realizado certame licitatório na modalidade concorrência ou pregão, do tipo menor preço, sendo certo que tal decisão não deve ser discricionária, necessitando pautar-se pela característica do objeto a ser licitado, juntamente com o interesse público, sendo que a regra é o julgamento pelo menor preço unitário, devendo somente ser adotado o julgamento global por questões de economia de escala (produtos com valores pequenos, que necessitam ser comprados em lotes para atrair fornecedores), ou quando há necessidade técnica da compra em conjunto, por questões de compatibilidade de produtos e serviços, por exemplo, sendo certo que tal opção não pode ser objeto de aferição técnica por parte desta assessoria jurídica, à qual cabe apenas alertar acerca da necessidade de observância dos princípios que regem as licitações, especialmente o da Competição e da Economicidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria de Saúde sua análise, que é a secretaria requisitante, responsável pela elaboração do

h 2



termo de referência, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Portanto, deve a Secretaria de Saúde se manifestar acerca da impugnação, tendo em vista se tratar de escolha do critério de julgamento da licitação, de forma que melhor se adeque às finalidades precípua da Administração na contratação do objeto licitado.

Por todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência, manifestação e decisão final acerca da impugnação, com as alterações na minuta de edital que entender devidas e, após, à Comissão de Pregão II para ciência e adoção de providências de sua competência.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 27 de setembro de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773


João Paulo Figueiredo
PROCURADOR GERAL
PRIMEIRO-ADJ. MATR: 07011